



A mulher indígena em contexto urbano:

o associativismo na construção de um espaço social migrante

*Beatriz Lima Ribeiro**

* Bacharel em Antropologia e Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).

Resumo: Este artigo tentará analisar parte da realidade de mulheres indígenas que residem na capital do estado do Amazonas. Levando em conta o fenômeno migratório comum de mulheres que compõe a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN), visa-se compreender tal mobilidade através das especificidades as quais as populações indígenas em contexto citadino encontram. Nesse sentido, questões de identidade e etnicidade aparecem neste contexto, bem como as condições de trabalho características pelas quais essas mulheres encaram ao estarem dentro de um processo migratório. Dentro das condições materiais e históricas da região, este trabalho visa, assim, articular alguns relatos de tais mulheres indígenas migrantes, juntamente com a literatura relacionadas à migrações internas, internacionais, bem como acerca da identidade indígena e migrante no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Migrações internas, mulheres indígenas, indígenas urbanos

Introdução

O presente artigo buscará tratar de questões relacionadas à imigração de mulheres indígenas de comunidades ao longo do Alto Rio Negro para a capital do estado do Amazonas, Manaus. O fenômeno migratório dessas mulheres encontra especificidades ligadas ao recorte de gênero e, portanto, o modo como vivenciam a cidade, bem como a demanda do mercado que irão suprir com os empregos adquiridos por elas. Sua identidade indígena também atribui caráter diferenciado a este fenômeno, o qual expressa desigualdades existentes dentro da sociedade brasileira ao encarmos a condição indígena e a imagem construída em torno deste no imaginário nacional. Assim, afim de discutir as diferentes dimensões deste campo e ampliar as reflexões, utilizarei uma bibliografia que discute a migração em escala internacional, mas que

encontra similaridade aos dados de campo a serem aqui descritos, em elementos relacionados à identidade e ao deslocamento. Além disso, utilizarei autores que discutem migrações internas entre o rural-urbano, ainda tangenciando o fenômeno migratório indígena. Por fim, uma literatura que aborda o gênero como categoria analítica de importância também complementará minha discussão afim de compreender parte de meus dados de campo.

O grupo de mulheres, em específico, recortado neste trabalho é entre as associadas da Associação de Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN), uma das mais antigas associações indígenas formadas em Manaus, contando atualmente com 68 associadas. A especificidade da AMARN encontra-se no fato de que todas aquelas associadas são migrantes do interior do estado e vão a Manaus com objetivos e experiências de vida semelhantes.

Assim, ao depararem-se com uma dinâmica distinta e específica dentro de um contexto citadino, a questão de identidade migrante, discutida amplamente na literatura, aparece neste caso etnográfico conectada com o reconhecimento da identidade indígena, em um espaço que não é tido como “de índio”. É em face à vida na cidade, e suas condições específicas que esse trabalho se

assenta junto à experiência de mulheres indígenas vindas do interior. Essa experiência indígena citadina varia em intensidade, nas especificidades de cada caso e, portanto, nas relações com este ambiente. A urbanidade, assim, respalda um modo de viver e, portanto, pressupõe agenciamentos e demandas específicas no que diz respeito às relações sociais e à materialidade da vida social, ao mesmo tempo que em face à sua condição de migrante.

A AMARN enquanto um espaço de migrantes

A Região Norte do Brasil é lar da maior população indígena do país com o total de 342,8 mil indígenas. O estado do Amazonas, especificamente, compreende um total de 183,5 mil indígenas, onde 29% destes residem fora de terras indígenas. Manaus, por sua vez, de acordo com o censo do IBGE de 2010, ocupa o 9 lugar no ranking das cidades com maior população indígena, com 3.837 mil indígenas autodeclarados. Essa presença indígena na cidade pode ser percebida através da quantidade de organizações indígenas neste espaço urbano, que de acordo com Marlise Rosa (2016), a partir de dados apurados pela Coordenação Regional da Funai, totalizam 37 associações/comunidades indígenas espalhadas pela cidade.

O aumento populacional da cidade, ao longo das últimas décadas, tem como uma de suas consequências o maior número de indígenas oriundos do interior que migram para a cidade. Este aumento populacional, em linhas gerais no país, segundo Albuquerque e Nakashima (2011) é devido ao movimento migratório em razão de difíceis condições no local de origem, ao crescimento vegetativo em áreas urbanas, a transformações de espaços antes considerados rurais em urbanos e ao aumento da taxa de autodeclaração de indígenas.

Assim, ao estudar a Associação de Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN) não se pode deixar de fora a importância da imigração das mulheres que a constituem. A criação da AMARN, desde seu início, perpassa a história de mulheres que vieram a se instalar em Manaus, após um fluxo migratório advindo das cidades e comunidades do interior do Amazonas e localizadas ao longo do Alto Rio Negro. Após seus 30 anos de existência, as 68 mulheres associadas da AMARN até hoje instalaram-se na capital do estado após migração, lidando com um locus de vida específico e diferente daquele experienciado no interior.

O seu associativismo nasce a partir das experiências comuns e compartilhadas por mulheres que vêm à capital em busca de trabalho e também melhores possibilidades de completar seus estudos. É na AMARN que através do artesanato, essas mulheres migrantes se reúnem na produção manual de joias, cestos e peneiras a partir de matérias primas conseguidas através de sua rede de contatos com os “parentes” no interior. Como um ponto de apoio, a associação constitui-se não somente como um ambiente físico, onde as festas em datas comemorativas acontecem e onde a coordenação da AMARN frequenta no seu dia a dia. Mas também constitui-se enquanto um espaço de rede, tanto de contatos quanto simbólica: de contatos, pois as possibilitam conhecer outras mulheres indígenas que experenciam uma vida e história semelhante a sua; simbólica, pois na sua história de vida comum, o viver indígena na cidade relaciona-se com questões de identidade.

Como uma das primeiras associações indígenas da Região Norte, e a primeira associação de mulheres indígenas do país, a AMARN tem um protagonismo político de referência, sendo sempre convidada a participar dos inúmeros encontros regionais e nacionais ligados ao movimento indígena. Assim, está sempre em contato com

outros “parentes”, principalmente aqueles da região Norte que se organizam em associação, formando uma rede de contatos e relações entre essas pessoas. Além disso, sempre que se promove alguma festa – aniversário de associação ou comemorações de feriados – seja na AMARN ou em outra associação, a comunidade é convidada, o que torna estes momentos um espaço de encontro e compartilhamento de experiências.

No estatuto da associação coloca-se que só podem ser sócias as indígenas que moram na cidade, uma determinação institucional que não exclui as redes de contatos com as “parentas” no interior (SACCHI, 2003), mas define-se como parte do ethos da associação: mulheres indígenas que passaram pela experiência migratória. O início desse fluxo migratório ocorre durante a década de 1970 e 1980, com muitas dessas mulheres compartilhando a experiência comum de vida em internatos/conventos salesianos nas cidades próximas a suas comunidades como São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê, fato este que aparece em outros trabalhos como os de Cavalcante (1997) e Melo (1997).

Dessa forma, o entendimento enquanto indígena, a partir da troca de experiências com outras mulheres, torna-se uma questão

sensível para elas, ao encarar o estilo de vida do mundo dos “brancos”, a cidade, a partir de uma disparidade significativa quando comparada à vida no interior ao lado dos “parentes”. Assim, pensar a dinâmica migratória também dimensiona questões de caráter emocional, como a saudade da terra e da família que fica, além de toda a insegurança que aparecem nos relatos de vida relacionados a este fluxo. Ao mesmo tempo, a temática da provisoriedade e o desejo de retorno à terra emigrada, muito trabalhada na discussão teórica de Sayad (1998), também aparece nos relatos de vida juntamente com as dificuldades ligadas à ideia desse retorno.

Partindo do olhar metodológico de Sayad (1998) na análise de fenômenos migratórios, é pela construção da memória, o seguir dos passos e relatos de indivíduos que podemos ter uma produção que torne sujeito aqueles que muitas vezes são invisibilizados na construção de uma identidade não só migrante, mas indígena. Afim de melhor discutir tais pontos, trarei neste artigo os relatos de imigração de duas mulheres, de diferentes gerações: Dona Lili¹, primeira coordenadora da associação e Rosa, vice coordenadora da AMARN à época de meu campo.

¹ Foram utilizados nomes fictícios afim de minimamente garantir o anonimato das interlocutoras.

Dona Lili

Assim, no desenvolvimento de minha argumentação dentro dessa específica experiência migrante, trago esse relato inicial de uma das mais antigas associadas da AMARN e primeira coordenadora, D. Lili. A cuidadosa artesã fez parte desse primeiro processo migratório entre os indígenas do Alto Rio Negro para a capital do estado do Amazonas, e em específico, parte do fluxo de mulheres, muitas indo à cidade para ocupar trabalho enquanto empregadas domésticas.

“Fomos traficadas pelas freiras e pelos militares” foi uma frase dita a mim em campo, não só por D. Lili, mas também por outras mulheres da associação, e a senhora de 67 anos a reforça ao contar-me um pouco de sua história. Natural de São Gabriel da Cachoeira, município do interior do Amazonas localizado na margem do Alto Rio Negro, D. Lili viveu uma parcela de sua vida em internato salesiano², junto a outras meninas índias e as freiras

católicas. No internato, que também funcionava como escola, aprendeu parte do artesanato com o qual hoje pratica seu ofício, e outros manuseios como a tecelagem em palha de tucum, aprendeu com sua mãe. Segundo D. Lili, as freiras adquiriram esse conhecimento com as indígenas mais velhas, e o passavam em parte para as crianças do internato, afim de que pudessem “ter algo com o que trabalhar”. Dentro do próprio internato já haviam trocas dessas produções feitas pelas meninas índias com as freiras, por objetos como cadernos, roupas e sabão.

A permanência de D. Lili neste internato se deu por dez anos e sua saída foi mediada diretamente para o trabalho em “casa de família”, pela freira denominada irmã Maria. O trabalho como doméstica é fator central para o movimento migratório para Manaus, sendo, portanto, por meio de irmã Maria, que uma jovem Lili estabelece esse primeiro contato. Sua ida inaugural à Manaus não é definitiva, ficando apenas um ano na cidade, e volta para São Gabriel afim de cuidar do pai doente. É depois deste episódio que vai trabalhar na casa de um coronel novamente em Manaus, com perspectiva inicial de lá permanecer por somente por um ano, no

² No início do século XX, missionários salesianos, com apoio do Estado brasileiro interessado em obter controle econômico e político na região, instalam internatos

para os índios e empreendem um amplo projeto missionário, bem como tomam frente na educação indígena na região (Weigel, 2004).

entanto acaba estendendo seu trabalho por 15 anos, até a primeira metade dos anos 80, e sua estada em Manaus pelo restante de sua vida.

O trabalho, entretanto, na “casa de família” não era o que esperava e nem o que lhe foi dito inicialmente; irmã Maria disse-lhe que somente precisaria cuidar das crianças e como “sempre gostei muito de criança”, aceitou a empreitada. Diz D. Lili que não sabia cozinhar, “nem nada”, a freira lhe garantindo que seu único trabalho seria com as crianças e, no entanto, este se estendeu para o cuidar da casa, da cozinha, do lavar de grandes quantidades de roupa e louça, que segundo ela, não estava acostumada. O pagamento por seu trabalho, muitas vezes não se deu em forma de salário, mas em troca de alimentos, roupas; situação esta apontada fortemente na literatura sobre este tipo de migração, acerca da forma como os patrões não pagam o que foi acordado, criando precárias condições de trabalho. Há um tom casual na sua fala, quando me conta sobre essa trajetória, como se contingências da vida tivessem se arranjado de tal forma que a levou para tais situações, as coisas foram acontecendo, como em acasos. Nessa trajetória, D. Lili conta como foi o difícil lidar inicial da saudade da família, as inseguranças diante de uma nova

vida, segundo ela, numa completa nova dinâmica na capital quase sem saber falar o português.

Nessa dimensão emocional da saudade, é lembrado um diferente modo de vida, entretanto quando questiono sobre a vontade do retorno ao interior, D. Lili responde-me que não a possui, pois já teria se acostumado à vida na cidade, depois de muitos anos vivendo em Manaus. Ao mesmo tempo, a volta ao interior para visitas é frequente devido à dinâmica dentro da associação, com muitas viagens a São Gabriel, Iaraúeté, Rio Cuieiras, Maués, dentre outras, em razão da ligação da AMARN com o movimento indígena, voltada principalmente a pautas na educação.³

É por volta de 1983 que D. Lili escuta sobre a criação da AMARN entre outras mulheres indígenas de seu convívio, bem como conhece Janet, antropóloga americana que trabalhou anos em São Gabriel da Cachoeira e, possuía contato com as mulheres indígenas em Manaus. É com o apoio dela que as mulheres se reúnem e pensam na formação da primeira coordenação, com a

³ D. Lili mesmo após muitos anos, trabalha muito pela AMARN e está com frequência presente na sede da associação, bem como nas viagens feitas para representar a AMARN, em congressos, encontros e fóruns (indígenas e não indígenas). Ainda, produz artesanatos em ligação com a associação, como complemento de sua renda.

antropóloga auxiliando no processo institucional e de adquirir documentos. Com a criação da AMARN em outubro de 1984, D. Lili se torna a primeira coordenadora de uma das primeiras associações indígenas do Norte, que se torna presente no apoio, anos depois, da criação de outros grupos, coordenações e associações, como a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). A importância da AMARN, então, coloca-se na vida de cada uma das associadas que viriam à cidade ao longo desses 30 anos de existência, tanto num auxílio econômico (no artesanato como complemento de renda), quanto no próprio desafio de viver na cidade sendo mulher indígena migrante. Além disso, sua importância perpassa também um caráter maior dentro do movimento indígena, enquanto uma instituição pioneira e que deu força à criação de outras.

Rosa

A trajetória migrante de Rosa vem através de um fluxo mais recente e, portanto sua chegada à Manaus se dá com uma maior rede e a presença mais significativa de uma comunidade migrante na

cidade. Natural de São Gabriel da Cachoeira, Rosa vai para o internato aos onze anos, no município de Itacoatiara, e junto às freiras aprendeu a fiar, permanecendo neste internato até os dezoito anos. Após sua saída, fica na casa de um de seus tios por um ano e começa a receber cartas de outro tio chamando-a para ir à Manaus, ajudar no cuidado de seus primos. Antes de decidir ir à capital, ainda vai à São Gabriel e lá permanece por um período, ainda recebendo convite de seus tios para ir à Manaus, para qual decide ir em 1999, permanecendo na cidade desde então. Seu fluxo migratório dá-se, portanto, em etapas, com lugares de parada e períodos específicos, antes de uma migração definitiva para a capital do estado; ainda sempre em contato com a família, seja em Itacoatiara, São Gabriel ou Manaus, demonstrando a existência de uma rede já formada de circulação de pessoas pelos municípios do Amazonas.

Em sua vinda para a capital, trabalha por muitos anos como doméstica, em “casa de família”, emprego este muito comum entre as mulheres associadas. Em 2005, conhece a AMARN por meio de sua prima, que à época constituía parte da coordenação da associação e chama Rosa para participar pois ela possuiria um trabalho diferenciado no artesanato, produzindo diferentes tipos de

bolsas. Entretanto, é em 2006, que Rosa entra na AMARN, o que a ajudou a complementar a renda e, segundo ela, também a afirmar sua identidade enquanto indígena.

Ao comparar a vida no interior com a vida na cidade, Rosa relata que no interior não tinha medo de dizer que era índia, mas que “na cidade é diferente”⁴. Nunca falava que era indígena, seja no grupo da igreja católica de seu bairro, que sempre participou, ou na escola dos filhos. Começou a falar para outros que era indígena quando entra na associação e, ainda mais, com o trabalho dentro da coordenação, a partir da qual possui maior contato com a militância, e o discurso de identidade.

Nas diferenças entre o viver no interior e na cidade, a saudade da vida na aldeia vem quando há falta de alimentos em casa, pois lá não se comprava nada, tirava-se tudo da terra, plantava-se a sua roça. Entretanto, as dificuldades da volta para Rosa, relacionam-se com os preços das passagens, que estariam cada vez mais caras, e

⁴ Há um episódio na jornada de Rosa, em que ao ir ao posto de saúde vacinar os filhos, se declara indígena, tendo o direito constitucional de ser atendida primeiramente no posto. Entretanto, é questionada sobre sua identidade étnica por ser moradora da cidade. Esse episódio demonstra um olhar para o indígena numa cidade marcada pelo contato interétnico, onde as reações pela presença indígena e o reconhecimento de ascendência indígena se mostram embebidas pelo preconceito no cotidiano.

da dificuldade de também levar os filhos que ainda não são casados e dependem financeiramente dela. Além disso, a vida no interior também apresenta suas limitações e dificuldades, como para conseguir roupas, calçados, bem como emprego, afim de sustentar seus filhos. Essa seria, segundo ela, a razão principal pela qual decide pelo movimento migratório, a dificuldade de sustentar duas filhas pequenas no interior a fez optar pelo movimento para Manaus.

Rosa, ao se desgastar com atitudes de fofoca entre as associadas da associação, entende tal prática como algo atrasado e que não corresponderia à vida na cidade. Estas outras associadas agiriam “como se morassem no interior”, onde as famílias moram próximas umas das outras.

As características da migração e a questão laboral

O modo como a migração se dá entre estas mulheres indígenas se assemelha ao que recorrentemente é discutido em textos acerca do fenômeno migratório camponês para as grandes cidades. De acordo com esta literatura, a migração campo-cidade dentre suas formas mais comuns, focaliza-se no deslocamento masculino e sua motivação central seria o escasseamento de terra no tempo devido ao

avanço latifundiário e em razão de dinâmicas específicas no que diz respeito à herança pelo parentesco⁵.

Apesar de virem de um espaço camponês, a comunidade no interior do Amazonas, creio que não podemos caracterizar essas mulheres enquanto camponesas, e seu processo migratório a partir dos elementos pensados por esta literatura. Se pensarmos o recorte deste trabalhador camponês de acordo com a definição de Otávio Velho (2009), enquanto “o pequeno agricultor empresário de sua própria produção”, ela pouco nos ajuda para a compreensão da realidade dessas mulheres indígenas que habitam Manaus. As especificidades que perpassam sua experiência vêm de sua identidade, em suas camadas, de mulher, migrante, trabalhadora e indígena e o lidar com elas dentro da cidade. Como mulheres, sua realidade e vivências encontradas nesse espaço são ampliadas em outras mais que diferem da experiência masculina. Entretanto, ao trazer a literatura acerca de migrações internas, a relação do

campesinato com as consequências da expansão de um sistema capitalista de produção são um foco de importância visto que também relacionam-se com as condições de desigualdade e subalternização aos quais os povos indígenas também são submetidos.

Assim, trago Singer (1976) que busca apontar em suas formulações uma análise estrutural dos processos migratórios nos marcos da sociedade capitalista. O autor questiona as formulações teóricas que pensam a lógica migratória de forma economicista, diretamente relacionadas à industrialização, a qual toma força no país na segunda metade do século XX⁶. Nesta lógica, após detonado o processo de industrialização, há um fluxo populacional para as cidades acarretando forte crescimento demográfico, o que, por sua vez, traz um aumento do consumo de bens e serviços, atraindo novas atividades produtivas. Para Singer (1976), quando centramos a análise dentro de uma visão economicista, as condições estruturais e históricas são apagadas. A industrialização, visando a acumulação fazem parte de arranjos institucionais específicos conforme o

⁵ A pouca terra que, muitas vezes, a família mais empobrecida do campo possui, passa para só um dos filhos, geralmente o filho homem mais velho. Parte do processo migratório, portanto, é para evitar um conflito. Enquanto consequência da migração para as grandes cidades, há a proletarianização da mão de obra daquele camponês emigrado, em trabalhos precarizados, de pouca especialização dentro do ambiente urbano, encontrando uma situação de vulnerabilidade nesse espaço. (Ritter, 2013); (Singer, 1976); (Woortman, 2009).

⁶ Em 50 anos, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1% (Brito, 2006).

contexto histórico, o que acarreta em disparidades regionais, de modo que algumas áreas ficam esvaziadas e outras muito adensadas. Desse modo, as populações das regiões empobrecidas, as quais não oferecem oportunidades econômicas, “vivem um quadro de rebaixamento do nível de vida, surgindo uma situação favorável à expulsão de grandes contingentes demográficos” (BARCELLOS, 1995, p.301).

Entretanto, Singer e, numa perspectiva comum, Eunice Durham tendem a perceber o processo migratório enquanto resultante do deslocamento de regiões que se tornam estagnadas economicamente, para regiões mais desenvolvidas e modernas. O discurso de desenvolvimento e modernização leva à concepções dualistas e que esconde a geração de desigualdades de desenvolvimento no espaço sócio-econômico. Assim, no caso da migração indígena para as cidades, o perigo de tal dualismo se acentua em razão do estigma específico no qual os indígenas estão inseridos no contexto brasileiro, onde a ideia do “ser índio” é idealizada e exotizada. As condições estruturais e históricas constituintes na vida dessas mulheres influenciam diretamente no modo como sua migração se dá e nas ferramentas que se utilizam ao

migrar para o espaço urbano. Este dualismo característico de uma teoria da modernização, também dicotomiza ações e práticas específicas que seriam características da população do interior e no seu oposto da população citadina. Tal dicotomia aparece também em parte do discurso de minhas interlocutoras ao compreender certas ações de associadas da AMARN como atrasadas, típicas do interior e que não corresponderiam à vida na cidade, como a fofoca que seria constante dentro da associação.

Dessa forma, ao mesmo tempo que para compreender a condição de migrantes das mulheres indígenas em Manaus, é necessário um entendimento estrutural e histórico da região, a dimensão subjetiva e de sentimentos é de importância na medida que coloca o migrante como sujeito desse processo. A migração pode ser aqui entendida, portanto, como uma ação social de caráter individual ou coletiva ocorrendo por um deslocamento interno, em diferentes escalas geográficas, que ocorrem por razões diversas de acordo com causas econômicas, políticas, históricas específicas e também por dimensões subjetivas (Lisboa, 2007).

A migração indígena, portanto, apresenta características específicas e, segundo autores como Baines (2001), o crescimento da

população indígena em área urbana extrapola o fenômeno industrial. Segundo o autor, a mobilidade indígena em direção à cidade, pode ser entendida como uma ação política indigenista, de Estado, realizada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O SPI teria como parte de sua ideologia, uma pressuposta integração rápida dos indígenas à sociedade nacional, o que “favorecia o estabelecimento de áreas reduzidas para os índios e a liberação das demais terras para a ocupação dos brancos. A falta de terras adequadas para sua sobrevivência é um dos fatores que leva à migração indígena e à busca de trabalho assalariado nas cidades” (Baines, 2001, p.16).

Como apresentado por Nascimento e Vieira (2015), nos dias atuais, a razão de ir em busca de um projeto de vida seria a partir da procura do que falta na aldeia, como mercadorias e educação formal, sendo o “mundo dos brancos” representado por bens importantes simbolicamente como as mercadorias e a escola.

No caso das mulheres indígenas migrantes em Manaus, a especificidade de suas narrativas de vida se coloca em face do processo histórico pelo qual a região passou e suas características demográficas. Com o desejo do governo brasileiro de possuir maior influência na região, lança mão de uma parceria com a ordem

salesiana da igreja católica, com a missão também de evangelizar os indígenas da Amazônia Brasileira. Com isso, a influência da igreja na vida dos jovens indígenas e na dinâmica das comunidades se coloca como central para entender este processo migratório, visto que muitas dessas mulheres tiveram o convento e internato como parte de sua experiência de vida. É por meio das freiras, como me contou D. Lili, que muitas vezes se estabeleciam as pontes de trabalho em casa de família de militares, classe de número considerável na região Norte do país.

A especificidade da mulher indígena em contexto urbano

Os indígenas urbanos chegam à cidade de forma marginalizada, habitando bairros de periferia onde o fornecimento de serviços pelo governo, como educação, saúde e saneamento básico, é precarizado. Nestes locais de habitação, muitos indígenas moram em ocupações/ assentamentos irregulares pela cidade, como o Parque das Tribos e o Assentamento Povo Indígena Sol Nascente, sendo este último local de campo de Marlise Rosa (2016)⁷. Enquanto não

⁷ Aos interessados, a dissertação da autora citada discorre acerca dos casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus. As mulheres com as quais teve

de obra barata e sem especialização, os indígenas são inseridos na dinâmica econômica regional em empregos pouco valorizados e onde as condições de trabalho são, muitas vezes, precárias. Nascimento e Vieira (2015) destacam a falta de elaboração de leis, por parte do governo federal, para o amparo de populações indígenas em contexto urbano. Esta ação pode ser entendida como estratégica para manter esses povos invisíveis e silenciados, através dessa prática de controle, o governo buscaria manter nas cidades os “bons cidadãos”, de identidades homogeneizadas que tornem viável um projeto moderno de governamentalidade.

Assim, essa não-ação de governo, age diretamente no mundo e na vida dessas populações, reforçando o pensamento ocidental moderno que reforça o imaginário brasileiro de que se trataria de uma população habitante da floresta e preguiçosa. Os autores ainda trazem as concepções de Baumann (1998) de forma a compreender que a presença de indígenas na cidade causa uma certa desordem e estranheza à ordem social citadina. A modernidade teria dentre as

suas concepções a exaltação de uma ordem, afim de definir um mundo estável, e o que estivesse fora desta ordem, seria considerado algo sujo e poluidor. Dentro do imaginário brasileiro entorno do indígena e da construção de uma brasilidade, o indígena urbano seria uma contradição em termos, visto que o índio “real” é associado à natureza, à floresta e, portanto, oposto à cidade e à modernização. Na associação entre índio e floresta/natureza; e não-índios e cidade/ civilização, a presença do indígena na cidade tende a ser pensada como um processo de aculturação, como um perder-se de seu próprio *self* (Nunes, 2010)- o “índio-urbano” torna-se uma contradição de termos, a partir dessa lógica, em oposição à ideia de “índio puro”.⁸

Tais questões, entretanto, não podem ser separadas das especificidades do ser mulher, de forma transversal à experiência indígena na cidade. Dentro do espectro do trabalho feminino, o trabalho doméstico é o principal foco das mulheres indígenas migrantes, com pouca escolaridade e com uma rede de relações e

contato em campo eram, em sua maioria, habitantes do Assentamento Povo Indígena Sol Nascente. Segundo a autora, a dissertação “se propõe a analisar o processo de construção, apropriação e expropriação identitária de mulheres indígenas e seus descendentes, em face ao casamento com homens brancos” (2016:9).

⁸ O indígena sendo relacionado com um caráter exotizado, tem como consequência a utilização de expressões e formação de concepções como da do “índio puro”. O imaginário do “índio puro” perpassou os séculos que se passaram e, nas novas realidades que se encontra o indígena no Brasil, esbarramos na discussão da concepção de identidade indígena, do ser ou não índio.

contatos fragilizada. É comum que nesses trabalhos em “casas de família”, não haja carteira assinada e o “salário” nem chegue a um mínimo, situação esta descrita em monografias como as de Cavalcante (1997) e Rosa (2016). Assim, as redes de trabalho formadas também são informais, visto que muitas no passado adquirem o emprego enquanto doméstica através de combinados orais entre as freiras e os militares; bem como através de redes com parentes que vão indicando as mulheres em outras “casas de família”. Ao mesmo tempo, parte da renda dessas mulheres vêm com o conhecimento artesanal aprendido durante o tempo passado nos conventos, na produção de diferentes bijuterias tukano.

Dessa forma foi partindo da literatura sobre migrações em que o gênero aparece como categoria analítica de importância, que pude ter contato com reflexões teórico-metodológicas rentáveis para pensar meus dados de campo. Tais trabalhos são também mais contemporâneos onde a crítica feminista é inserida nas teorias não só em torno da migração, mas em muitos outros dentro das ciências sociais.

Quando nos voltamos ao âmbito internacional, os fluxos migratórios atuais numa congruência com a globalização formam

um novo tipo de economia que segundo Lisboa (2007) é parcialmente desterritorializada conectando vários pontos do globo em uma rede submersa, informal e ilegal acarretando em uma precarização do trabalho. A autora ainda traz Sassen, que aponta para a invisibilidade “da dinâmica de gênero na articulação com a economia global” (2007, p.807) com o crescente fenômeno de feminização da força de trabalho em países periféricos. Dessa forma, destaca a crescente feminização da pobreza, tanto em nível global como local (regional) quando encaramos a dinâmica migratória. Ainda de acordo com Lisboa (2007): “Segundo dados da ONU, 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos” (2007, p.807).

Segundo Lisboa (2007), com o crescente fluxo migratório de mulheres do terceiro mundo para países da Europa e Estados Unidos, forma-se uma massa de trabalhadoras no mercado doméstico partindo do desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal. Excluídas racialmente, etnicamente e economicamente, as mulheres migrantes internacionais encontram-se em situações e

enfrentam desafios paralelos àqueles das mulheres de migração regional no estado do Amazonas. Tanto em nível local como global, a dinâmica migratória é reflexo de desigualdades resultantes de processos históricos específicos e do capitalismo enquanto sistema econômico dominante.

A ida para a cidade, portanto, torna-se uma realização com suas vulnerabilidades, características do fenômeno urbano, como as dificuldades com o transporte público, a violência e a caoticidade da cidade em face à sua grande massa de pessoas. Por outro lado, a vida citadina teria suas vantagens como a facilidade de conseguir produtos que no interior não seria possível, como sapatos e roupas, maiores oportunidades de emprego e possibilidade de ter uma melhor educação para os filhos e para si próprias. Tais queixas, como também vantagens da cidade, são expostos por minhas interlocutoras ao longo de conversas e a associação aparece nesse espectro como um espaço de apoio, tanto para um complemento à renda em um primeiro momento- a partir do artesanato, quanto também um espaço onde há a troca de conhecimentos e experiências entre mulheres indígenas de diferentes etnias.

A identidade

A dinâmica migratória regional dessas mulheres, portanto, coloca-se de forma semelhante a outras trabalhadas na literatura, no que diz respeito a questão da identidade do indivíduo migrante, que em linhas teóricas distintas, sua condição é visualizada como um “não lugar” (SAYAD, 1998) ou como um “transmigrante”, em uma dupla ausência e dupla presença, bem como um estar e pertencer entre dois mundos (HANNERZ, 1998).

O argelino Sayad é um autor de grande importância na teoria migratória, pois inaugura uma nova perspectiva e metodologia ao focar nas histórias de vida e relatos dos imigrantes afim de constituir sua teoria. Para ele, o imigrante encontra-se em uma situação de dupla ausência, sem lugar na sociedade para qual migrou e também deslocado do lugar do qual é originário. Dessa forma, o autor inova quando enxerga o fluxo migratório enquanto um “fato social total” por si mesmo, e, assim, para se estudar imigração significa necessariamente falar de emigração. Nessa sua formulação, encontramos sua crítica a um conjunto de estudos anteriores que possuíam um olhar desumanizado sobre o imigrante, este sendo enxergado como um problema a ser solucionado.

Para o autor, então, o imigrante seria um *sem lugar*, de várias formas, tanto na materialidade da vida social na condição de imigrante, quanto em simbolismos ligados a esta condição. No caso da AMARN, onde essas mulheres estão? Em um não lugar ou num espaço social simbólico que as localiza em ambos os lugares ao mesmo tempo? Creio que a associação presente na vida dessas mulheres, forma-se enquanto um *novo lugar*, ao pensarmos localidade enquanto um espaço social. Enquanto um lugar institucionalizado, a associação também torna-se um ponto de apoio para essas mulheres migrantes da cidade, possibilitando a formação de uma rede única entre indivíduos de experiências tão específicas e semelhantes entre si, além de também facilitar economicamente sua permanência na cidade. Assim, um ambiente híbrido, talvez possamos assim chamar, converge tais experiências de forma única, podemos pensar a AMARN enquanto a expressão física desse espaço “translocal”, ou melhor, nesse caso, transcidade-campo ou transindígena. Atribuir tais categorias à AMARN vem da compreensão de que este espaço representa uma contradição intrínseca ao próprio entendimento de identidade indígena, a qual não é associada ao espaço citadino.

Ser indígena na cidade contradiz a concepção essencialista em torno do índio, sendo sua presença nesse espaço questionada em momentos de reivindicação de direitos. Rosa me conta que nunca falou ao seus vizinhos de bairro ou colegas de igreja que era indígena, sempre escondeu, e só teria tido maior abertura para falar sobre sua identidade ao se associar na AMARN. Este silêncio, segundo ela, veio de um receio de alguma discriminação em um ambiente dispare que desafia sua presença na cidade em diversas situações. Um desses desafios que foi relatado a mim por Rosa, aconteceu em um posto de saúde ao buscar vacinação para si e seus filhos. Por ser indígena, Rosa clama seu direito de atendimento prioritário e no posto, segundo define a constituição federal a partir da constituinte de 1988, entretanto é questionada pela atendente, como é índia se mora na cidade?

Nesses questionamentos, a dimensão da identidade é latente e a literatura nos ajuda a refletir. Hall (2005), ao discutir a identidade cultural na pós modernidade, entende que grupos étnicos não podem ser um fato dado, mas como algo em construção; não é uma questão ontológica do ser, mas um produzir-se constante em referência à materialidade da vida social. Essa noção se torna extremamente

importante no contexto da AMARN, devido a condição dessas mulheres enquanto indígenas na cidade, condição esta que reflete um desafio ao imaginário nacional que coloca o índio relacionado à floresta, além de outras simbologias que os relacionam à “selvageria”. Os atributos da população indígena seriam o exotismo, uma alteridade radical em um universo que deve ser traduzido, na necessidade de incorporar e, ao mesmo tempo (em um aspecto romântico) proteger a cultura- o indígena como um objeto de possível contaminação (Arruti, 1997). Esse discurso pode ser visualizado entre os habitantes da cidade de Manaus, mesmo que em contato maior e direto com os povos indígenas do Alto Rio Negro. Se para alguns autores, como Sayad, que estudam o fenômeno migratório em nível internacional, o imigrante desafia ao imaginário de estado nação, o indígena na cidade é o desafio ao imaginário nacional ligado a seus povos originários, e portanto, do próprio mito de criação da sociedade brasileira.

Assim, a identidade indígena na cidade pode ser pensada a partir do adquirir de um caráter político, na medida em que a sociedade determina quem ela quer incluir e quem quer excluir. Tal exclusão, no seu processo histórico, torna-se estrutural e o sistema

adquire sua lógica interna onde muitas pessoas permanecem sendo excluídas (Lisboa, 2007). Compreender a dimensão da identidade dentro da migração é comum tanto na sua amplitude internacional, quanto regional entre os indígenas em Manaus; a partir das ideias de Lisboa, o modo como a desigualdade é construída nesses contextos, ao migrarem, as mulheres começam a tomar consciência de suas diferenças, tanto de classe como de etnia. Ao mesmo tempo, tendo que encarar diferentes faces da discriminação, a identidade indígena é manejada de formas diversas, através de estratégias, afim de circular em diferentes espaços. Nesse sentido, o relato de Rosa é ilustrativo quando descreve seu receio de declarar-se como indígena na escola dos filhos, ou entre o grupo da igreja; e em outros momentos assumir uma identidade indígena. Baines (2001) aponta que aquele mesmo indivíduo que pode se considerar indígena em alguns contextos, pode em outros negá-lo, ou mesmo apelar a outras identidades genéricas características do contato interétnico como caboclo, mulato, descendente de índio.

Passam, assim, a confrontar-se com um conflito de identidade, partindo de uma concepção relacional desta, a identificação étnica do grupo torna-se “o resultado da capacidade do

mesmo em manter simbolicamente as fronteiras de diferenciação dos grupos vizinhos” (2007: 813). A AMARN torna-se o espaço dessa diferenciação ao reafirmar elementos da identidade indígena como o falar diário da língua Tukano, tanto no cotidiano quanto nas reuniões bimestrais, o consumo de alguns alimentos específicos ligados à alimentação indígena, o contato direto com o movimento militante indígena e a ampliação da rede de contatos entre os outros indígenas de Manaus. Além disso, sua institucionalidade enquanto associação embebe também legitimidade ao trabalho dessas mulheres e torna visível a presença dessas mulheres perante o estado brasileiro. Ao mesmo tempo que por estar inserida na cidade, a AMARN incorpora-se às dinâmicas características desta, numa construção constante e reatualizada da identidade indígena neste contexto e um desafio a compreensões essencialistas do indígena.

Considerações Finais

Apreender a dimensão migratória de meu trabalho de campo entre as mulheres indígenas em Manaus traz à tona dimensões inúmeras e que nesse artigo pretendi focalizar na especificidade deste fenômeno e sua dimensão laboral, bem como pensar a

identidade dessas mulheres nesse contexto. Partir do interior do Amazonas, em uma diferente relação com a terra e também através de uma história com presença incipiente de missionários à região, traz ao fenômeno migratório narrativas que se assemelham entre as mulheres, que ao chegarem na cidade, encontram na AMARN um espaço de apoio à sua situação de precariedade econômica, ajudando no complemento da renda, bem como na criação de redes entre indígenas de outras partes da cidade, da região norte e do país, onde a luta por direitos e a identidade indígena é sempre reafirmada enquanto também estratégia política.

A dimensão política da afirmação da identidade indígena nesse contexto de migração é de importância na medida que traz à tona as desigualdades presentes em tais contextos e que se expressam de formas diversas. Com essa perspectiva, Lisboa (2007) aponta a importância da atenção do movimento de mulheres ao fluxo migratório feminino e continuar incentivando na luta pela “equidade de gênero nas políticas públicas que levem em conta a emancipação das mulheres no sentido de tirá-las da condição de servas e transformá-las em sujeitos políticos” (2007, p.820). A AMARN representa um espaço de autonomização desse sujeito político na sua

participação dentro do movimento que traz à tona a voz e especificidade da vida de mulheres, ao mesmo tempo que um espaço de convivência e trocas de comuns experiências. Ao mesmo tempo, a vida na cidade traz desafios e questionamentos específicos para aqueles que vêm de um diferente contexto e onde sua identidade/etnicidade e modo de vida são diariamente questionados. É através do dia a dia da associação e da atuação militante dentro do movimento indígena que a possibilidade de manejo e ressignificação da identidade indígena é repensada e batalhada.

Desse modo, a importância política da AMARN é tal devido à sua história e presença constante no movimento indígena regional amazonense e também nacional, a coordenação estando presente em vários dos encontros ligados à militância. Ao pensar a associação, portanto, busquei a descrição de seu cotidiano em suas diversas práticas, bem como pude presenciar a força dessas mulheres na vida diária na cidade de Manaus.

Referências bibliográficas

ARRUTI, José Maurício. 1997. *A emergência dos 'remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. Mana 3(2).

ASSIS, Gláucia de Oliveira. 2007. *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, pp. 745-722.

BAINES, Stephen. 2001. *As chamadas 'aldeias urbanas' ou índios na cidade*. Brasil Indígena, Fundação Nacional do índio, v.7.

BAUMANN, Zygmunt. 1998. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BARCELLOS, Tanya. 1995. *Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década*. Porto Alegre: Ensaios FEE, pp.296-309.

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. s/e, s/d

CAVALCANTE, Olendina C. 1997. *Migração e gênero: mulheres indígenas em Manaus*. (Monografia de especialização em Antropologia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

DURHAM, Eunice. 1978. *O caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva.

GILROY, Paul. 2001. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2005. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 25-48. 2009.

HANNERZ, Ulf. 1998. *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*. Madrid: Ediciones Cátedra, pp. 165-180

LISBOA, Teresa Kleba. 2007. *Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, pp. 805-821.

MELO, Maria Auxiliadora S. 1997. *Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro residentes em Manaus- AMARN: organização política e identidade étnica*. (Monografia de especialização em Antropologia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas.

NAKASHIMA, Edson Yukio; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. *A cultura política da visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo*. In: Est. Hist., Rio de Janeiro, vol.24, n47, p.182-201, janeiro-junho de 2011.

NASCIMENTO, Adir & VIERIA, Carlos. 2015. *O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade*. São Paulo: Cordis, história: cidade, esporte e lazer, n.14.

NUNES, Eduardo Soares. 2010. *Aldeias urbanas ou cidades indígenas?*. Espaço Ameríndio, v.4, n.1, p.9-30, Porto Alegre.

ROSA, Marlise Mirta. *“Catarinas e Iracemas: sobre casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus”*. Dissertação

(Mestrado em Antropologia Social)- Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SACCHI, Angela. 2003. *Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas*. Revista Antropológicas, ano 7, vol.14 (1 e 2).

SAYAD, Abdelmalek. 1998. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

SINGER, P. 1976. *Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo*. In: Economia política da urbanização. 3 edição. São Paulo: Brasiliense.

Fontes

IBGE. 2010. “Os indígenas no Censo Demográfico 2010:”. Brasília.